



PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Cargo:
Técnico Jurídico II

041
NÍVEL MÉDIO

Prova Objetiva
Aplicação: 2/11/2002



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém vinte questões objetivas corretamente ordenadas.
2. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
3. Recomenda-se não marcar ao acaso, cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto no resultado da questão, conforme consta no Edital n.º 1/2002 – PR/PREVI, de 12/8/2002.
4. Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
5. Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
6. A duração da prova é de três horas, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
7. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

1. 3/11/2002 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- 11 e 12/11/2002 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente nos locais e horários a serem informados juntamente com a divulgação desses gabaritos.
- 18/11/2002 – Data provável de divulgação (após a apreciação de eventuais recursos) — no Diário Oficial do Estado do Paraná, nos locais mencionados no item 1, no Hall de entrada da PARANAPREVIDÊNCIA e no endereço eletrônico <http://www.pr.gov.br/paranaprevidencia> — do resultado final da prova objetiva, da convocação para a avaliação de títulos para os cargos de nível superior e médio e do final do processo seletivo para os cargos de nível fundamental.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recorrentem de acordo com o estabelecido no item 12 do Edital n.º 1/2002 – PR/PREVI, de 12/8/2002.
- Informações relativas ao processo seletivo poderão ser obtidas pelo telefone (0 XX1) 011-440-0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando de cada uma das questões de 1 a 20, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará pena. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 1

A PARANAPREVIDÊNCIA é um ente de cooperação governamental do estado do Paraná para o cumprimento de suas obrigações de seguridade funcional e tem por finalidade gerir o respectivo sistema, segundo o regime de benefícios e serviços previstos na Lei estadual n.º 12.398/1998. Com relação à estrutura administrativa da PARANAPREVIDÊNCIA, julgue os itens a seguir.

- 1 O Conselho de Administração figura como órgão executivo entre os órgãos estatutários da estrutura organizacional da PARANAPREVIDÊNCIA.
- 2 Os servidores inativos e pensionistas inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA elegerão, entre eles, um conselheiro efetivo e um suplente para o Conselho de Administração.
- 3 É da competência do Conselho Fiscal emitir pareceres sobre os balancetes mensais, o balanço e as contas anuais da PARANAPREVIDÊNCIA.
- 4 No Conselho Diretor, o diretor de previdência será obrigatoriamente escolhido entre os servidores inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA.
- 5 Os diretores, o presidente do Conselho de Administração e seus conselheiros em nenhuma hipótese respondem pelas obrigações da instituição.

QUESTÃO 2

Ainda acerca da estrutura administrativa da PARANAPREVIDÊNCIA, julgue os itens abaixo.

- 1 O estado é solidariamente responsável com a PARANAPREVIDÊNCIA pelo pagamento dos benefícios a que fizerem jus os segurados e pensionistas participantes do Plano de Benefícios Previdenciários a cargo do Fundo de Previdência.
- 2 O estado do Paraná deverá figurar como litisconsorte e assistente em todos os processos judiciais em que a PARANAPREVIDÊNCIA for parte no pólo passivo e que digam respeito a benefícios previdenciários.
- 3 O Conselho Diretor, como órgão superior de gerenciamento, toma conhecimento dos atos praticados pelo Conselho de Administração por meio dos relatórios mensais e por exposições feitas pelo presidente deste conselho.
- 4 Compete ao Conselho de Administração aprovar a Nota Técnica Atuarial e a Regulamentação dos Planos de Benefícios Previdenciários.
- 5 Os presidentes de conselho, os conselheiros e os diretores serão designados pelo governador do estado, para exercício por período de quatro anos, não podendo ser reconduzidos.

QUESTÃO 3

Considere, por hipótese, que Maria, brasileira, casada, nascida em 28/3/1946, seja servidora ativa, titular de cargo efetivo do estado do Paraná, com vínculo funcional permanente e em exercício desde 1.º/3/1970. Nessa hipótese, Maria

- 1 poderá ser presidente do Conselho de Administração, tendo direito a voz e voto, inclusive o de desempate, nas deliberações das reuniões.
- 2 poderá, se for diretora-presidente da PARANAPREVIDÊNCIA, participar das reuniões do Conselho de Administração, com direito a voz e voto.
- 3 poderá ser indicada como integrante do Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.
- 4 poderá inscrever como seu dependente para o regime de previdência — mediante a devida comprovação de dependência econômica e atendidos os requisitos regulamentares — irmão seu, com doze anos de idade e não-emancipado.
- 5 terá direito ao benefício de aposentadoria compulsória ao completar 65 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

QUESTÃO 4

Julgue os itens abaixo, relativos ao Plano de Benefícios previsto na Lei estadual n.º 12.398/1998.

- 1 Existirá caso em que o benefício previdenciário terá valor inferior a um salário mínimo.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
A segurada Ana faleceu, deixando como dependentes o marido e dois filhos menores. Ana recebia em atividade a remuneração de R\$ 1.000,00.
Nessa situação, o benefício da pensão será pago da seguinte forma: R\$ 500,00 para o cônjuge e R\$ 250,00 para cada filho.
- 3 Se, após exames médicos e laboratoriais, verificar-se que um segurado da PARANAPREVIDÊNCIA é portador da síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS), referido segurado terá direito ao benefício de aposentadoria por invalidez permanente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- 4 Um segurado da PARANAPREVIDÊNCIA terá direito ao benefício da aposentadoria voluntária por implemento de idade com proventos integrais, ao completar sessenta anos de idade, se homem.
- 5 Um indivíduo que ingressar como servidor em 1.º/3/2000, ao completar a idade de sessenta anos, terá atingido a idade mínima para requerer aposentadoria voluntária por tempo de contribuição.

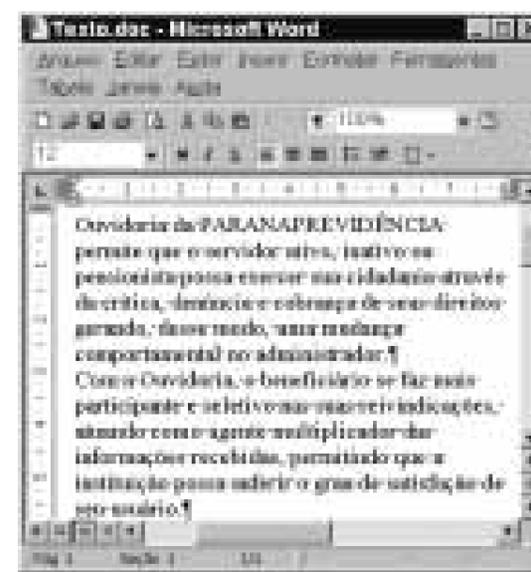
QUESTÃO 5

Acerca das contribuições previdenciárias, julgue os itens subseqüentes.

- 1 O servidor ativo, titular de cargo efetivo, que, em 1998, contava com 55 anos de idade, tem sua contribuição previdenciária retida e repassada para compor o Fundo Financeiro.
- 2 A servidora ativa, titular de cargo efetivo, que, em 1998, contava com 42 anos de idade, tem sua contribuição previdenciária retida e repassada para composição do Fundo de Previdência.
- 3 O servidor ocupante exclusivamente de cargo comissionado há doze anos terá sua contribuição previdenciária destinada à PARANAPREVIDÊNCIA.
- 4 O servidor ocupante de cargo em comissão, oriundo da administração pública de outro estado da Federação, onde é segurado do regime próprio dos servidores públicos estaduais, terá sua contribuição destinada à PARANAPREVIDÊNCIA.
- 5 O servidor ocupante de cargo em comissão, oriundo da administração pública de um município que não possua regime próprio de previdência para seus servidores, terá sua contribuição destinada à PARANAPREVIDÊNCIA.

Nas questões de 6 a 8 que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 6



A figura acima mostra uma janela do aplicativo Word 2000, com parte de um texto extraído do site <http://www.pr.gov.br>. Considerando essa figura, julgue os itens subseqüentes, com relação ao Word 2000.

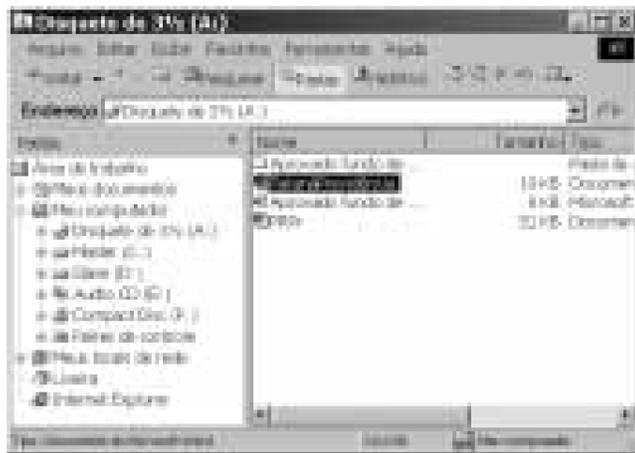
- 1 Para se obter um sinônimo da palavra “Ouvidoria”, é suficiente clicar sobre essa palavra e, a seguir, clicar a opção Sinônimo, encontrada no menu **Editar**.
- 2 Para se copiar para a área de transferência um trecho do documento que esteja selecionado, é suficiente manter a tecla **Shift** pressionada e, a seguir, teclar **Insert**.
- 3 Caso se aplique um clique duplo sobre a palavra “PARANAPREVIDÊNCIA” e, a seguir, se clique , a referida palavra será recortada do documento.
- 4 Por meio do botão , é possível a verificação de erros de grafia e gramática no documento em edição.
- 5 É possível salvar o documento em edição em um arquivo com nome diferente de Texto.doc por meio da opção Salvar como, encontrada no menu **Arquivo**.

QUESTÃO 7

Com relação à Internet, julgue os itens a seguir.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
João acessou uma página Web para realizar o *download* de um arquivo ali disponível. Sabendo que é possível contrair vírus de computador em processos de *download* de arquivos, João decidiu proteger seu computador antes de iniciar o processo desejado. Para isso, clicou com o botão esquerdo do *mouse* no *hyperlink* da página Web acessada. Nessa situação, João estará protegendo completamente seu sistema contra qualquer vírus de computador que esteja embutido no arquivo que será carregado da página na qual o *hyperlink* tiver sido executado.
- 2 Na Web, é possível, utilizando-se de um navegador, acessar sites de busca por meio de uma rede *dial-up*.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Pedro acessou a Internet por meio de um provedor localizado em sua cidade, utilizando-se, para se conectar ao provedor, de um *modem* e de sua linha telefônica. Nesse acesso à Internet, Pedro navegou durante todo o tempo em páginas Web localizadas nos Estados Unidos da América (EUA). Nessa situação, além das taxas a serem pagas ao seu provedor, Pedro deverá arcar com os custos do uso de sua linha telefônica, pagando, proporcionalmente ao tempo em que ficou conectado à Internet, como se estivesse realizando uma chamada internacional aos EUA.
- 4 Utilizando um *browser*, ao solicitar que o endereço pedro@cespe.unb.br seja acessado, um usuário da Internet estará se conectando à página Web denominada “pedro”, localizada no URL www.cespe.unb.br, caso essa página exista.
- 5 Ao se acessar uma página Web utilizando-se de um navegador, estará sendo estabelecida uma conexão entre o computador do usuário que solicitou o acesso e o computador no qual a página está armazenada. Nesse acesso, é permitida a visualização do conteúdo da página Web ao usuário e, ao mesmo tempo, é permitido o conhecimento das informações armazenadas no computador do usuário ao administrador da página acessada. Esse recurso permite que a identidade dos usuários da Internet seja conhecida, evitando o uso indevido das informações contidas na rede mundial de computadores.

QUESTÃO 8



A figura acima mostra uma janela de trabalho do Windows Explorer sendo executado em um computador que tem como sistema operacional o Windows 2000. Com relação a essa figura, ao Windows Explorer e ao Windows 2000, julgue os itens a seguir.

- 1 É correto afirmar que o arquivo associado ao ícone está aberto.
- 2 Ao se pressionar a tecla , o conteúdo da pasta associada ao ícone será exibido.
- 3 O arquivo associado ao ícone está armazenado na área de trabalho do Windows.
- 4 A quantidade de memória utilizada para armazenar o arquivo associado ao ícone é maior que aquela necessária para armazenar o arquivo associado ao ícone .
- 5 Caso se aplique um clique duplo no ícone , o conteúdo da pasta associada a esse ícone será exibido.

Texto I – questões 9 e 10

O socorro

1 Ele foi cavando, cavando, pois a sua profissão —
coveiro — era cavar. Mas, de repente, na distração do ofício
que amava, percebeu que cavara demais. Tentou sair da cova
4 e não conseguiu. Levantou o olhar para cima e viu que,
sozinho, não conseguiria sair. Gritou. Ninguém atendeu.
Gritou mais forte. Ninguém veio. Enrouqueceu de gritar,
7 cansou de esbravejar, desistiu com a noite. Sentou-se no
fundo da cova, desesperado. A noite chegou, subiu, fez-se o
silêncio das horas tardias. Bateu o frio da madrugada e, na
10 noite escura, não se ouvia um som humano, embora o
cemitério estivesse cheio dos pipilos e coxares naturais dos
matos.

Millôr Fernandes. *Apud*: Miriam Gold. **Redação empresarial**.
São Paulo: Makron, 1999, p. 37 (com adaptações).

QUESTÃO 9

Com relação às idéias do texto I, julgue os itens subseqüentes.

- 1 O texto caracteriza-se como narração.
- 2 Quando o coveiro começou a gritar, as pessoas que chegavam ao local não quiseram socorrê-lo.
- 3 O fato de que trata o texto decorreu de um descuido do trabalhador.
- 4 O trabalhador pediu auxílio, gritando, porque, desde o início, ele se desesperou com a situação.
- 5 No final do texto, percebe-se que o protagonista ficou preso durante toda a noite, mas não conseguiu dormir por causa do barulho.

QUESTÃO 10

Quanto às relações morfosintáticas, semânticas e discursivas do texto I, julgue os itens abaixo.

- 1 Na linha 1, o pronome pessoal “Ele” refere-se a “coveiro” (l.2).
- 2 A expressão “Tentou sair da cova” (l.3) corresponde, no texto, a **ter o pé na cova**.
- 3 O período “Enrouqueceu de gritar, cansou de esbravejar, desistiu com a noite” (l.6-7) é composto por coordenação.
- 4 A forma verbal “subiu” (l.8) refere-se a “coveiro” (l.2) e está usada em sentido literal.
- 5 A expressão “Bateu o frio da madrugada” (l.9) pode ser substituída, no texto, sem alteração de sentido, por: **Ventou muito na madrugada**.

QUESTÃO 11

Julgue os seguintes itens quanto a sua adequação às regras de concordância e regência.

- 1 Ao prestar apoio à diretoria, o técnico administrativo deve manter organizado todos os documentos referente a área.
- 2 Ao elaborar ata de reunião de uma comissão de licitação, o técnico administrativo escreveu corretamente: “(...) estando presentes a reunião os Srs. X, Y, Z”.
- 3 Para o cumprimento de suas tarefas, o técnico administrativo deve arquivar e manter organizadas cópias dos processos judiciais.
- 4 O técnico administrativo procedeu o controle dos dados cadastrais dos empregados e a coleta de dados, pois tratam-se de atividades de sua competência.
- 5 Há cerca de dez anos, as rotinas e as atividades administrativas girava em torno de outras preocupações em relação as de hoje.

QUESTÃO 12

Cada um dos itens abaixo, referentes ao direito constitucional e aos direitos fundamentais, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Um policial civil prendeu um cidadão brasileiro, suspeitando que o mesmo tinha praticado furto. Em virtude de o cidadão não querer confessar o crime, o policial desferiu golpes fortes na cabeça do cidadão, ao mesmo tempo que o ameaçava fortemente. Nessa situação, apesar de ter agido com rigor, o policial não feriu direitos fundamentais previstos na ordem jurídica brasileira.
- 2 Em uma cidade do interior de São Paulo, a prefeitura da cidade puniu disciplinarmente um funcionário que não trabalhava em um determinado dia útil da semana em razão de prática de culto religioso não-católico. Para o prefeito, o Brasil é um país católico, o que não justificava a conduta do funcionário. Julgando a contenda, um juiz, em decisão liminar, concedeu razão ao funcionário. Nessa situação, a decisão do juiz tem base nos direitos e garantias fundamentais da ordem jurídica brasileira.
- 3 Uma associação de moradores, considerando a violência reinante no bairro, resolveu comprar armas e treinar alguns moradores para a defesa ostensiva do local. A associação foi fechada por ordem judicial. Nessa situação, a ordem judicial poderia ser descumprida em virtude de a legislação não vedar o direito à segurança privada.
- 4 Uma pessoa negou-se a pagar a conta em um restaurante, sob o fundamento de que teria sido mal atendida por um “negro sujo”. O dono do restaurante argumentou que o mesmo estava desrespeitando os direitos do seu empregado e praticando crime. Nessa situação, não assiste razão ao dono do restaurante por se tratar de questão atinente a relação de consumo.
- 5 Um cidadão praticou crime considerado hediondo, de acordo com o direito penal brasileiro. No ato da prisão, não lhe foi permitido pela autoridade policial comunicar-se com sua família, nem com seu advogado. Nessa situação, houve desrespeito a direito fundamental desse cidadão.

QUESTÃO 13

Acerca dos direitos sociais no texto constitucional brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 1 Os trabalhadores rurais que forem despedidos arbitrariamente poderão, a depender do caso concreto, receber indenização, conforme a Constituição da República, independentemente de qualquer lei complementar.
- 2 O piso salarial de uma determinada categoria deve ser proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, sendo possível a redução salarial com base no disposto em acordo ou convenção coletiva.
- 3 O repouso semanal remunerado deve ser obrigatoriamente concedido aos domingos pela empresa, independentemente de lei complementar ou qualquer convenção coletiva.
- 4 De acordo com os direitos sociais previstos na Constituição da República, o mercado de trabalho da mulher deve ser protegido, com incentivos específicos previstos na forma da lei.
- 5 A despeito do princípio da isonomia, uma empresa pode estabelecer, com base no direito constitucional e no seu próprio regimento, distinção entre o trabalho manual, técnico e intelectual.

QUESTÃO 14

Julgue os itens abaixo.

- 1 A contribuição previdenciária de servidores e militares ativos para a PARANAPREVIDÊNCIA incide sobre toda a remuneração ou subsídio, que corresponde ao vencimento do cargo efetivo, mais as respectivas vantagens permanentes vinculadas à função ou local de trabalho.
- 2 A contribuição previdenciária incide também sobre as vantagens de caráter individual.
- 3 Se uma senhora com 69 anos de idade for aposentada da PARANAPREVIDÊNCIA, com proventos de R\$ 250,00, estes sofrerão desconto previdenciário de R\$ 25,00. Entretanto, outra senhora, com setenta anos de idade, pensionista da PARANAPREVIDÊNCIA, recebendo R\$ 300,00, não terá qualquer desconto previdenciário.
- 4 Um militar ativo do estado do Paraná e ocupante de cargo em comissão terá desconto previdenciário apenas sobre o cargo efetivo, enquanto um militar inativo do governo do estado do Paraná, também ocupante de cargo em comissão, terá desconto previdenciário apenas sobre os proventos.
- 5 A pensão advinda do usufruto de aposentadoria por invalidez permanente não será objeto de contribuição previdenciária.

QUESTÃO 15

Julgue os itens subseqüentes.

- 1 No caso de aposentado pelo regime geral da previdência (RGPS) que exerça cargo em comissão, a contribuição previdenciária será calculada com base na soma dos valores da aposentadoria e do cargo em comissão e destinada ao RGPS.
- 2 O servidor inativado por invalidez permanente com proventos de R\$ 4.500,00 não descontará contribuição para a PARANAPREVIDÊNCIA.
- 3 Daquele que for contratado para cargo em comissão a contribuição previdenciária será descontada e recolhida ao RGPS.
- 4 Um indivíduo com 34 anos e 11 meses de idade que ingressar no serviço público estadual, com remuneração de R\$ 1.200,00, descontará para a PARANAPREVIDÊNCIA R\$ 120,00, enquanto outro, nas mesmas condições, mas com 35 anos de idade, terá um desconto adicional calculado atuarialmente, além dos R\$ 120,00.
- 5 Se uma servidora, oriunda do MPAS, com remuneração de R\$ 2.000,00, for ocupante de cargo em comissão na Secretaria de Administração do governo do estado do Paraná, com remuneração de R\$ 1.000,00, ela contribuirá para a PARANAPREVIDÊNCIA com R\$ 100,00.

QUESTÃO 16

Julgue os itens abaixo à luz da legislação que rege a PARANAPREVIDÊNCIA.

- 1 Se uma servidora da Secretaria de Administração do governo do estado do Paraná, com remuneração de R\$ 1.500,00, for cedida ao governo do Piauí, onde receberá R\$ 1.000,00, ela descontará a contribuição previdenciária de R\$ 162,00 para a PARANAPREVIDÊNCIA.
- 2 Manterá união estável o casal que, mesmo não possuindo teto comum, tenha filho comum.
- 3 O exercente de cargo efetivo no governo do estado do Paraná, com remuneração de R\$ 1.201,00, descontará R\$ 120,14 para a PARANAPREVIDÊNCIA.
- 4 O acometimento do mal de Paget (osteíte deformante) será razão suficiente para aposentar-se por invalidez permanente com proventos integrais.
- 5 Caso um ocupante de cargo efetivo da Secretaria de Planejamento do governo do estado do Paraná perceba remuneração de R\$ 3.200,00, esta será fato gerador de um total de R\$ 800,00 de contribuição previdenciária para a PARANAPREVIDÊNCIA.

QUESTÃO 17

Julgue os itens que se seguem.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
Um segurado teve o seu benefício concedido e o ato de concessão foi, em seguida, encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas do Estado, que o indeferiu, ensejando a imediata suspensão do pagamento do benefício.
Nessa situação, agiu corretamente o tribunal, em face de erro formal no encaminhamento do processo.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Um cidadão com 24 anos de idade, solteiro, dedicado exclusivamente aos estudos do terceiro ano de direito, filho de segurado falecido, requereu a pensão, tendo a PARANAPREVIDÊNCIA indeferido a solicitação.
Nessa situação, agiu de modo correto a entidade previdenciária, em razão da idade do requerente.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Uma servidora efetiva, com remuneração de R\$ 200,00, aposentou-se por invalidez com proventos de R\$ 250,00, em razão de necessidade de assistência permanente de outra pessoa.
Nessa situação, ante a necessidade da referida assistência, foi correto o acréscimo sobre o valor da aposentadoria.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.
Márcia e Sílvia, são, respectivamente, viúva e filha de segurado falecido, que era aposentado por invalidez e que necessitava de ajuda permanente de outra pessoa.
Nessa situação, a pensão será acrescida de 25%.
- 5 A pensão por invalidez não integra o elenco de benefícios dos dependentes de segurados da PARANAPREVIDÊNCIA.

QUESTÃO 18

Julgue os itens que se seguem.

- 1 Nenhum benefício previsto no plano de previdência da PARANAPREVIDÊNCIA poderá ser inferior ao salário mínimo.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Lúcia, Eduardo e Isabela, respectivamente viúva, filho e filha, são pensionistas de João da Silva, que tinha remuneração de R\$ 400,00.
Nessa situação, os referidos pensionistas devem receber, respectivamente, R\$ 200,00, R\$100,00 e R\$ 100,00.
- 3 Se um deputado estadual afastar-se do cargo de assistente social da Secretaria de Governo, mas continuar recolhendo à PARANAPREVIDÊNCIA, ele se aposentará por tempo de contribuição como se na ativa estivesse.
- 4 Se uma deputada estadual, cumulativamente, exercer o cargo de técnica em administração da Secretaria de Administração do governo do estado, ela terá direito a todos os benefícios oferecidos pela PARANAPREVIDÊNCIA, independentemente de convênio desta com a Assembléia Legislativa.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Um cidadão, depois de três anos contribuindo facultativamente para a PARANAPREVIDÊNCIA, desistiu de vincular-se a esta e requereu restituição das contribuições vertidas, já que não se utilizara de qualquer benefício, mas teve o seu pedido indeferido.
Nessa situação, agiu corretamente a PARANAPREVIDÊNCIA, ao deliberar pelo indeferimento.

QUESTÃO 19

Cada um dos itens abaixo — referentes à organização do Estado brasileiro tanto nos aspectos administrativos quanto nos aspectos constitucionais — apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Um estado-membro decidiu declarar guerra a uma nação vizinha, por questões territoriais. Nessa situação, há respaldo legal para essa atitude, uma vez que no regime federativo o estado tem autonomia político-administrativa para defender interesses próprios e da Nação.
- 2 Um determinado estado-membro, em virtude de não ter sofrido intervenção federal, declarou estado de sítio em seu território. A imprensa nacional, com unanimidade, criticou tal medida, considerando-a inconstitucional. Nessa situação, foi válido o argumento utilizado pela imprensa.
- 3 Um determinado município decidiu criar um política pública de educação ambiental para tratar especificamente da coleta de lixo e do combate à poluição nos bairros mais afastados. A câmara municipal publicou nota, por intermédio da sua mesa diretora, afirmando que tal atribuição é exclusiva do estado-membro e da União. A prefeitura publicou outra nota afirmando que esse ato tinha respaldo no direito. Nessa situação, assiste razão à prefeitura, pois tal ato está em acordo com a organização do Estado brasileiro.
- 4 Um deputado distrital elaborou projeto de lei visando dividir o Distrito Federal em municípios autônomos. O governador vetou tal projeto, por considerá-lo inconstitucional. O assessor jurídico do referido deputado elaborou parecer fundamentando o contrário. Nessa situação, tem fundamento o veto do governador com base no direito brasileiro.
- 5 Um determinado município possui população de 450.000 habitantes, segundo um censo oficial. Nessa situação, conforme a organização político-administrativa do município, essa cidade deve ter, no máximo, vinte e um vereadores.

QUESTÃO 20

Com referência à administração pública brasileira, julgue os itens que se seguem.

- 1 Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público poderão ser computados e acumulados com a finalidade de concessão de acréscimos ulteriores.
- 2 O médico pode ter dois cargos públicos, assim como o auxiliar judiciário pode exercer também o magistério, sem prejuízo dos vencimentos do primeiro cargo.
- 3 A acumulação de cargos públicos estende-se a empregos e funções, restringindo-se para aqueles pertencentes à administração pública direta.
- 4 Os cargos ou empregos da administração pública direta e indireta que possibilitem acesso a informações privilegiadas do poder público serão ocupados com restrições e requisitos previstos em lei.
- 5 A Constituição da República proíbe, no caso de aposentadoria de servidor público, a fixação de qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

